

O desaquecimento global e o Brasil

“Há uma combinação de variáveis que complicarão o cenário para a economia brasileira.” Por **Odair Abate**

Aeconomia norte-americana, depois de um longo período de expansão acentuada, com média anual de 3,7%, entre 1992 e 2000, apresenta uma expressiva desaceleração desde a segunda metade do ano passado. Ao longo de boa parte do período de prosperidade, parte dos analistas se perguntava quando e em qual intensidade tal ciclo seria revertido. A desaceleração demorou, mas chegou e a evolução média do Produto Interno Bruto nos últimos quatro trimestres ficou em 1,2%, sendo que o dado revisado do PIB do 2º trimestre deste ano mostrou um crescimento de apenas 0,2%.

Os discursos recentes do presidente do Fed, Alan Greenspan, não têm sido otimistas em relação às perspectivas de recuperação ainda neste ano e sugerem que apenas a partir do início de 2002 é que os primeiros efeitos concretos da significativa queda dos juros, implementada desde janeiro último, vão aparecer. Para alguns observadores, Greenspan está até tendo uma percepção positiva, pois seriam reais as chances de que o desaquecimento pode vir a ser mais duradouro e intenso do que se acreditava. Dentro dessa linha, nem a política fiscal expansionista do governo Bush ajudaria, pois quando combinada com a desaceleração econômica, poderia levar a uma deterioração dos números fiscais, que redundariam em pressão sobre as taxas de juros, para financiamento das necessidades do governo, e prolongariam a retração da atividade produtiva.

Nada garante que o cenário de aprofundamento da desaceleração econômica não tenha chance de prevalecer nos EUA e em outros países desenvolvidos nos próximos meses. O próprio FMI tem uma percepção desfavorável em relação a esse tema e, de acordo com informações extra-oficiais, espera um crescimento me-

nor do PIB mundial não só neste, mas também no próximo ano. Seria algo como 2,8% e 3,6%, respectivamente, e não mais os 3,2% e 3,9%, esperados anteriormente. Para os EUA (1,5% e 2,5%, no biênio 2001/02), para a Eurôlândia (2% e 2,4%) e para o Japão (-0,2% e 0,5%), as expectativas são piores.

De fato, a hipótese de uma desaceleração mais forte na economia norte-americana não pode ser desprezada, ainda que exista uma tendência “natural” de parte do mercado a projetar “um pouco mais” do que se tem no presente. Se o presente não é bom, o futuro também não será. O oposto é igualmente válido e um exemplo disso é que muitos não perceberam quão agressiva havia sido a política de juros adotada pelo Fed ao longo do ano passado e como ela poderia ajudar a levar à desaceleração econômica, ora em curso. Nesse sentido, talvez se esteja menosprezando os efeitos potenciais que a queda de três pontos percentuais dos juros, adotada a partir de janeiro passado, pode vir a ter sobre o nível de atividade mais à frente. Mesmo porque, nos últimos quinze anos, queda em tal magnitude, só foi vista em 1991, único ano de retração econômica no período (o PIB cedeu 0,5%). No entanto, mesmo sabendo-se que nos EUA a política monetária tende a surtir efeito com defasagem de nove a doze meses, o que abre perspectivas razoáveis para o início do ano que vem, enquanto a economia real não estiver respondendo positivamente, os receios do mercado podem aumentar, dando margem a análises crescentemente pessimistas.

Mesmo com todas essas ressalvas, se admitirmos que um cenário algo pior do que o elaborado pelo FMI pode prevalecer no ano que vem, não há motivo para que se tenha uma percepção otimista para a economia brasileira no período. Mesmo com uma eventual antecipação do fim da crise ener-

gética, a soma de fatores negativos externos, como a retração econômica mundial e, talvez até mesmo, a continuidade das dúvidas em relação a Argentina, tendem a gerar dificuldades para o País, ainda mais por se tratar de um ano eleitoral que, por si só já costuma exercer alguma inquietação nos mercados, especialmente quando se trata de países emergentes. O fluxo de capitais nesse ambiente pode ficar ainda mais restrito, com alguma pressão potencial sobre a taxa de câmbio, altamente indesejável quando se pensa no cumprimento da meta inflacionária para o próximo ano.

De acordo com um levantamento feito pela publicação “Latin American Consensus Forecasts” de agosto, as expectativas de analistas de uma série de países da região são de que a entrada de investimentos diretos externos chegue à cerca de US\$ 51 bilhões em 2002, com queda de 4% em comparação ao valor estimado para 2001, que por sua vez, deverá ficar 23% abaixo do número observado em 2000. O Brasil é o país desse grupo que, apesar de contar com o maior valor absoluto (US\$ 18 bilhões) na entrada esperada de recursos no ano que vem, mais pode se ressentir dessa retração, dado o elevado déficit em contas correntes com o qual ainda convive, enquanto para alguns outros estima-se até uma pequena melhora em relação ao esperado para este ano (veja tabela).

Há, portanto, uma combinação de variáveis externas que, caso prevaleça, tornará bem mais complicado o cenário para a economia brasileira, em um ano de eleições. É apenas um dos cenários possíveis e mesmo considerando que não seja o mais provável, não deve ser totalmente descartado. De toda a forma, cabe ao governo procurar manter os fundamentos econômicos em uma evolução tão positiva quanto possível para o País enfrentar com menores dificuldades uma eventual deterioração do cenário externo. A meta de superávit fiscal mais elevada, depois da renovação do acordo com o FMI e a necessária melhoria da balança comercial (com expansão das exportações!), são obviamente elementos mais desafiadores nesse ambiente de dúvidas e de desaquecimento global, mas é exatamente por isso que precisam ser buscadas com a ênfase necessária.